

editorial

A maternidade como parte do destino é um dos pilares fundamentais da opressão das mulheres. A luta pela autodeterminação das mulheres em relação à maternidade é central dentro de um projeto feminista e as vitórias feministas nesse campo têm sido duramente atacadas pelo conservadorismo neoliberal, que também é patriarcal.

No entanto, o movimento feminista defende arduamente essa conquista. Esse foi o sentido da mobilização que levou pelo menos um milhão de pessoas que vivem nos Estados Unidos às ruas de Washington.

É uma ação destas que talvez esteja nos faltando. Uma aglutinação geral da sociedade brasileira, como ocorreu nos Estados Unidos, unindo feministas e jovens estudantes, juristas e parlamentares, intelectuais e cidadãs comuns. Somente uma grande mobilização, que inclua todas, poderá ser o motor de arranque para vencermos essa batalha.

No Brasil, estamos nos organizando para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. É fundamental que a mesma se posicione em favor da descriminalização e legalização do aborto, pois, com certeza, milhões de mulheres que vivem silenciosamente situações de aborto inseguro e clandestino reconhecerão esse resultado como um compromisso com as necessidades e direitos das mulheres.

As Sempre vivas

Marcha pelo aborto nos Estados Unidos leva um milhão às ruas

Por Cindy Domingo



FOTOS: WWW.NOW.ORG

Organização gigantesca na terra do tio Sam pelo direito das mulheres decidirem

Elas levavam suas bandeiras com orgulho enquanto faziam seu caminho através do aeroporto. Mulheres carregando bandeiras e cartazes com palavras de ordem do tipo “Mulheres negras pelos direitos reprodutivos”, “Mantenha o aborto legal” e “EUA fora do meu útero”. Os sorrisos e o orgulho em seus rostos vinham do sentimento de que estavam sendo parte de um recado histórico enviado àqueles que ousam tirar os direitos das mulheres.

Mais de um milhão de mulheres, crianças e homens marcharam em Washington DC, no dia 24 de abril 2004, para dizer ao governo Bush e a seus aliados conservadores que as mulheres continuarão a se mobilizar e a lutar para manter os seus direitos, reprodutivos e à

saúde. Sob o lema “Marcha pela Vida das Mulheres”, manifestantes expressaram seu apoio às demandas por Escolha, Justiça, Acesso, Saúde, Aborto, Planejamento Global e Familiar.

Pessoas que participaram em marchas anteriores pelos direitos reprodutivos em Washington notaram a diversidade etária e étnica entre as manifestantes. Muitas mulheres mais velhas foram com seus filhos e netos e mulheres negras foram protagonistas tanto no palco quanto na marcha. Organizadores do evento estimam que até um terço das pessoas tinha menos de 25 anos. A diversidade da marcha foi atribuída ao inédito trabalho de relacionamento dentro do movimento de mulheres, especialmente entre os principais grupos

continuação da capa

organizadores, que incluíam o National Latin Institute for Reproductive Health, Black Women's Health Imperative, NARAL Pro-Choice America, Feminist Majority, National Organization for Women, Planned Parenthood Federation of America e a American Civil Liberties Union. Mais de 1400 grupos estiveram presentes ao evento, incluindo um contingente internacional com manifestantes de 57 países.

O evento foi apartidário e o tema central foi a questão do aborto. Palestrantes e manifestantes criticaram as políticas do governo Bush nos EUA e no exterior. Muitos relacionaram a guerra contra as mulheres e os direitos reprodutivos e de saúde à guerra do terror que os EUA conduzem mundialmente. Os financiamentos para programas de saúde das mulheres e crianças foram cortados drasticamente, afirmaram, também porque bilhões de dólares estão sendo direcionados para financiar a guerra de Bush contra o terrorismo.

Investida conservadora

A convocatória para organizar a "Marcha pela Vida das Mulheres" veio depois de três anos de ataques contra os direitos reprodutivos das mulheres pelo governo Bush, pelo Congresso conservador e Judiciário. A lei de abolição do Aborto de Nascimentos Parciais (partial-birth abortions act) que foi assinada pelo Congresso e por Bush é tão vaga que muitas sentem que poderia colocar na ilegalidade muitos tipos de abortos realizados após o primeiro trimestre e que poderia impedir que médicos executem os melhores procedimentos para a saúde das mulheres. Os defensores do direito ao aborto também afirmam que a ênfase de Bush em programas que promovem apenas a abstinência ao invés de contracepção está drenando dinheiro dos programas de planejamento familiar tanto dos EUA quanto no exterior.

Roe V. Wade, o juiz da Suprema Corte dos EUA que em 1973 legalizou



Bilhões de dólares a menos na saúde gastos nas guerras de Bush

o aborto, esteve como figura de destaque nos discursos do dia. Muitos estão preocupados com o fato de que, se Bush for reeleito, a possível indicação de membros conservadores para a Suprema Corte poderia significar uma reversão desse veredicto histórico da Corte.

A comunidade religiosa presente no ato, especialmente da Igreja Católica Romana, apontou o papel da Igreja em usar sua influência para silenciar políticos pró-aborto, incluindo o candidato presidencial John Kerry. Em 14 de maio, o bispo dos EUA Michael Sheridan, do estado do Colorado, anunciou que católicos pró-aborto em sua arquidiocese seriam proibidos de comungar. Francês Kissiling, presidente da organização Católicas pela Escolha Livre, afirma que "o Vaticano usa a sua influência e autoridade para impedir que hospitais católicos por todo o mundo propiciem educação e serviços que previnem o HIV/AIDS e a perda de vidas de mulheres durante o parto. Eles negam acesso ao aborto e à contracepção de emergência". Enquanto isso, de acordo com Kissiling, dois terços das católicas querem que o aborto seja legalizado, e os católicos em geral representam 23% da população dos EUA.

Enquanto o governo Bush tem mantido políticas sobre direitos reprodutivos tais como o banimento dos abortos, a defesa de programas de educação para a abstinência e as leis de notificação aos

país (exigindo que garotas menores de 18 anos obtenham autorização dos pais para uso de contraceptivos ou para a realização de abortos), que refletem uma corrente dominante na opinião pública dos Estados Unidos, fortes marchas de um milhão de manifestantes servirão para causar sérias preocupações àqueles responsáveis pela campanha presidencial de Bush. Pesquisas recentes realizadas no contexto dos escândalos de tortura de prisioneiros iraquianos e da resistência em Fallujah mostram uma queda no apoio a Bush entre a população estadunidense. Pela primeira vez desde 11 de setembro de 2001 a popularidade de Bush caiu abaixo dos 50%.

Oradores clamaram aos manifestantes para que votassem em seus políticos em novembro, enquanto propaganda era sistematicamente distribuída entre os manifestantes durante todo o dia.

A marcha e o poder do voto

Historicamente, em eleições presidenciais recentes, o voto das mulheres tem sido decisivo. Nesse ano, devido ao impacto negativo das políticas do governo Bush para as mulheres, imigrantes e comunidades étnicas e raciais, há uma ênfase nacional de muitos grupos sobre como obter o voto desses setores fundamentais.

De acordo com estatísticas disponíveis na página eletrônica da Organização Nacional das Mulheres, nas últimas três eleições presidenciais, o presidente foi eleito por aproximadamente 25% da população habilitada a votar. Nas eleições de 2000, em torno de 100 milhões de pessoas, cerca de metade dos eleitores, não votaram.

Essa é a razão pela qual os organizadores sentem que a marcha foi apenas o início e que o desafio real é converter manifestantes em força política dentro da cabine de votação e para além dela.

Co-diretora da organização Colaboração de Mulheres EUA-Cuba, em Seattle, estado de Washington.

Mudar o Brasil para mudar a vida das mulheres

Por Nalu Faria

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília, desde a sua convocação tem mostrado um amplo processo de mobilização, crescente e muito representativa.

O debate em torno das políticas públicas para as mulheres é relativamente recente no Brasil, tendo iniciado a partir dos anos 1980. Mas o cenário hoje é diferente do que existia quando o movimento feminista mergulhou no tema. Ou seja, não estamos em um momento em que basta incorporar a perspectiva de igualdade para as mulheres, mas é necessário reconstruir o sentido das políticas sociais universais de caráter redistributivo.

Igualdade para toda a sociedade

Para a Marcha Mundial das Mulheres, o desafio colocado para a Conferência é construir uma avaliação precisa da realidade das mulheres e os enfrentamentos necessários para a construção de uma política voltada para a igualdade no conjunto da sociedade.

Para isso é necessário colocar como fundamental o combate à desigualdade e hierarquia constitutiva da sociedade brasileira. A exploração da classe trabalhadora se assenta em desigualdades entre mulheres e homens, negros e brancos, e no aumento da desigualdade entre as mulheres.

O trabalho deve se iniciar a partir de eixos estratégicos, que mexem no coração do sistema de dominação. É por esta razão que a Marcha elegeu o lema *somos mulheres e não mercadoria*, porque quer, a partir do questionamento global ao capitalismo – que também é machista, racista e homofóbico – construir a perspectiva feminista. Afirma o direito à autonomia e autodeterminação das mulheres e reivindica a igualdade como um princípio organizador do mundo que se quer construir.

A Conferência precisa construir um posicionamento em favor de políticas que promovam mudanças estruturais e que se orientem para uma ruptura com o livre comércio. É fundamental conter a expansão do mercado sobre a vida das pessoas e recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento voltado para o mercado interno e para o consumo de massas. Isso exigirá debater com o conjunto da população o atual padrão de consumo que impõe um desenvolvimento insustentável ecológica e socialmente. O cuidado e a reprodução dos seres humanos devem passar a ser o centro do nosso modelo de desenvolvimento.

Para isso é necessário uma mudança global na atual política econômica, tanto em relação às metas de superávit primário, o pagamento da dívida, a taxa de juros, como também há a necessidade de estabelecer controle sobre os capitais que entram no país e, por fim, ter uma posição contra a Alca e de garantia de nossa soberania e biodiversidade.

Construindo a igualdade de gênero

O outro campo de definições necessário se refere às propostas voltadas para construir a igualdade de gênero, considerando a situação do conjunto das mulheres e, portanto, levando em consideração as dimensões de classe, raça/etnia, idade e exercício da sexualidade.

As relações desiguais entre homens e mulheres são sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho com a responsabilidade quase exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico, cuidado dos filhos e da família, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão.

São necessárias ações efetivas para mudar essa situação com um compromisso de construir para as mulheres condições de cidadania plena e assim



tratá-las como um indivíduo autônomo e não a partir de sua condição na família. Para que isso ocorra a maternidade deve ser reconhecida como uma função social e o governo tem o dever de garantir creches e escolas em período integral para que as mulheres tenham melhores condições no mercado de trabalho.

Da mesma forma deve promover um amplo debate na sociedade sobre o papel dos homens na educação dos filhos e no trabalho doméstico. Afinal, para se pensar uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais é fundamental que ambos possam desenvolver a capacidade de gerir o cotidiano de sua vida de maneira autônoma.

Encaramos a Conferência como um momento chave de um processo que deverá definir mecanismos de continuidade do debate, fomentando espaços democráticos de participação das mulheres como parte do processo de institucionalização desta política para igualdade em todas as esferas e níveis do Estado.

Em nossa sociedade há condições de enfrentar o debate necessário para que a Conferência dê um salto de qualidade na formulação de uma proposta de política pública para a igualdade de gênero, no sentido de afirmar uma visão inclusiva. Isso pressupõe o fortalecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos do processo de transformação social que passa também pela transformação do Estado.

Coordenadora da SOF e representante da Marcha Mundial das Mulheres no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Revista Estudos Feministas e os feminismos

A Revista Estudos Feministas é uma publicação semestral no campo dos estudos feministas e de gênero e se tornou uma referência obrigatória para todas que trabalham com essa temática. Em seu 24º número permanece o seu compromisso com a divulgação de contribuições elaboradas em distintas instituições nacionais e estrangeiras.

Nesta edição foi publicado o Dossiê Feminismos e Fórum Social Mundial, organizado por Sonia Alvarez, Míriam Nobre e Nalu Faria. O Dossiê reúne um amplo leque de reflexões feministas e é aberto por um artigo de Sônia Alvarez e várias outras autoras de análise dos Encontros Feministas Latino-americanos, como um reflexo do percurso do próprio movimento, de sua relação com outros movimentos sociais, com o Estado e instituições internacionais. Estas questões são retomadas nos onze artigos de ativistas feministas que fazem um balanço do processo Fórum Social Mundial.

Reprodução



Os textos atestam que os feminismos também vêm construindo espaços públicos alternativos e contra-hegemônicos, em nível regional e global, nos quais novos sentidos, identidades, práticas, rebeldias e resistências são forjadas e retroalimentadas.

A Revista Estudos Feministas pode ser adquirida por R\$ 30,00, na SOF.

o que rola

Ilusão do Desenvolvimento é tema de reunião da REF

A difícil situação do Brasil e principalmente o impacto desta realidade no cotidiano das mulheres esteve presente nas análises e intervenções surgidas na reunião da Rede Economia e Feminismo (REF), realizada nos dias 8 e 9 de junho, em São Paulo.

O percurso da REF desde sua criação em 2001 e a avaliação de que tem conseguido apresentar o tema (economia e feminismo) em vários espaços e o funcionamento estadual com várias ações foram apresentados no início do evento.

Como maneira de localizar os debates propostos, uma apresentação sobre a conjuntura econômica do país pre-

parou o terreno para os temas seguintes: noções de desenvolvimento, sustentabilidade, tecnologia, soberania alimentar, racismo.

Com a presença de representantes de dez Estados, também foram dados informes sobre as ações das integrantes da REF em atividades diversas, que vão desde a ação das jovens na Marcha Mundial das Mulheres até as atividades contra o livre comércio e a Alca, questões da agroecologia e reforma agrária e a campanha do Salário Mínimo.

Os textos e demais informações estarão disponíveis em nossa página: www.sof.org.br.

nº 52 junho de 2004 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro de Christian Aid.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP
 Tel/fax: 3819-3876
 Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
 Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- ECONOMIA FEMINISTA
- MULHERES CAMPONESAS EM LUTA